

Quinta-Feira, 03 de Setembro de 2026

Vorcaro restringe delação a integrantes do governo atual e omite financiamento de 'Dark Horse'

Banqueiro afirma em depoimento que colaboração se limita a pessoas do núcleo governamental, sem mencionar outros envolvimento políticos

O banqueiro Daniel Vorcaro declarou, em depoimento prestado ao gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, que sua pretendida delação premiada se restringia a denunciar indivíduos ligados ao "núcleo do atual governo".

O banqueiro, porém, deixou de mencionar a possibilidade de revelar detalhes sobre sua relação com demais personalidades políticas e seu envolvimento no financiamento do filme "Dark Horse", cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em seu depoimento, Vorcaro afirmou: "Toda a minha colaboração, ela, no que tange a pessoas, são pessoas do núcleo do atual governo, que eu acabei fazendo relação para me proteger dos ataques que eu estava sofrendo. E aí, nesses momentos, teve uns casos que foram cruzadas linhas de moralidade, linhas de ilicitude, que esses eu pretendia relatar".

O jornal O Estado de São Paulo divulgou as informações, e a íntegra do depoimento prestado ao juiz auxiliar do gabinete de André Mendonça foi acessada.



Mendonça atua como relator do processo envolvendo o caso Master no STF. O depoimento foi colhido por um juiz auxiliar acompanhando o caso, atendendo a solicitação dos advogados do ex-proprietário do Banco Master.

Segundo comunicado do gabinete do ministro: "O depoimento foi realizado por requerimento expresso da defesa do depoente, que relatou estar sofrendo graves intimidações e solicitou ser ouvido com urgência. Trata-se de ato processual regular, conduzido por juiz auxiliar".

?Daniel Vorcharo, proprietário do Banco Master, encontra-se detido em Brasília, acusado de coordenar um esquema bilionário de fraudes financeiras. Conforme estimativas da Polícia Federal, o esquema teria desviado no mínimo R\$ 12 bilhões do BRB, mais de R\$ 40 bilhões do FGC e quantias significativas em fundos de previdência de entidades estaduais e municipais.

Na quarta-feira (2), a Procuradoria-Geral da República (PGR) requereu o arquivamento das acusações feitas por Daniel Vorcharo e apontou que o banqueiro não apresentou evidências durante seu depoimento.

A PGR declarou: "[...] constata-se que o declarante não noticiou fato concreto ou juridicamente delimitado capaz de impulsionar providências investigativas próprias, tampouco conferiu o mínimo elemento de verossimilhança às assertivas ali formuladas".

Vorcharo formulou interpretações particulares e desvinculadas dos procedimentos legais estabelecidos, até mesmo em relação às circunstâncias de sua própria detenção.

O banqueiro descreveu sua prisão como uma estratégia de intimidação. Durante seu depoimento, Vorcharo também declarou ter abandonado os planos de colaboração porque se sentiu intimidado por aqueles que chamou de "pessoas do poder", que, em sua percepção, desejam mantê-lo encarcerado.

Vorcharo expressou: "Desde que eu fui preso... Na verdade, a minha prisão, no meu entendimento, ela já foi uma intimidação para que eu não externasse os fatos que eu desejava falar desde o começo dessa operação".

No entanto, a equipe jurídica do ex-proprietário do Banco Master encaminhou uma proposta de delação ao Ministério Público em 15 de junho deste ano, que foi rejeitada por não apresentar elementos inéditos suficientes para a formalização do acordo.

Essas afirmações foram formuladas por ele sem fundamentação jurídica adequada, sem comprovação factual e após a rejeição de suas propostas de delação e a confirmação de sua prisão pelo colegiado do Supremo.

Master e BRB

Durante seu depoimento, o banqueiro também argumentou em favor da venda do Banco Master para o Banco Regional de Brasília (BRB), caracterizando-a como uma operação "benéfica".

Vorcharo declarou: "[...] a própria fusão e negócio de com o BRB, que eu espero muito ter a oportunidade de falar o que efetivamente aconteceu e o tanto que seria benéfico se houvesse sido feita a fusão e a integração dos dois bancos. Mas eu tomei uma série de medidas tentando evitar que aquela profecia que me tinha sido feita se realizasse".

Em abril deste ano, uma nova etapa da operação Compliance Zero culminou na detenção de Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB. Conforme investigações da Polícia Federal, ele teria viabilizado operações com o Master desprovidas de respaldo financeiro e sem observância de práticas adequadas de gestão corporativa.

De acordo com levantamentos do BRB, aproximadamente R\$ 8,8 bilhões dos créditos do Master adquiridos pela instituição correspondem a títulos inexistentes, falsificados ou de recuperação remota. Na prática, constituem "ativos de baixa qualidade" que podem comprometer o patrimônio do banco.

A administração do Distrito Federal projeta recuperar R\$ 2,2 bilhões desses ativos ruins por meio de outras estratégias, mas necessitaria de financiamento para os remanescentes R\$ 6,6 bilhões.